

**29 TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA DIANTE DA NOVA REALIDADE
ECONÔMICA E DIGITAL**

**BRAZILIAN TAXATION IN THE FACE OF THE NEW ECONOMIC AND DIGITAL
REALITY**

Eilzabete Rosa de Mello¹,

Lucas Moraes Silva² e

Rhannya Andressa Rafael de Oliveira³

Palavras-chave: tributário, nova realidade econômica e digital, tecnologia, Revolução 4.0, tributação justa.

RESUMO

Este resumo trata do Projeto de Pesquisa (BIC/UFJF) sobre Tributação Brasileira diante da nova realidade econômica e digital, desenvolvido na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação da Professora Elizabete Rosa de Mello, com a finalidade de publicação. O trabalho analisou a tributação brasileira diante da nova realidade econômica e tecnológica desencadeada pela Revolução 4.0 e pela pandemia da COVID-19, possuindo como objetivo principal perquirir os impactos das inovações tecnológicas no Direito Tributário. Para isso, adotou-se o referencial teórico do pós-positivismo e foi empregada a metodologia crítico-dialética.

Ao longo da pesquisa foi abordado o conceito de Sistema Tributário Nacional, perspassando pelas normas constitucionais e infraconstitucionais, as espécies tributárias existentes, as atuais propostas de Emendas Constitucionais sobre a Reforma Tributária e com elas se relacionam com as inovações resultantes, principalmente, no que se refere a Quarta Revolução Industrial.

Foi verificado como a legislação brasileira vigente e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, STF e STJ, buscam definir determinadas inovações tecnológicas e estabelecer

¹ Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e do Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-1430-3307>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3520225175774826>. E-mail: Elizabete.mello@ufjf.br.

² Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lucasmoraes.silva@estudante.ufjf.br.

³ Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: hannya.andressa@estudante.ufjf.br

critérios de tributação aplicáveis. Isso abrangeu mecanismos como a Internet das Coisas, *NFTs*, serviços de *streamin*, programas de *software*, *e-readers* e *e-books*, bem como a compra e venda de criptomoedas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a discussão dos impactos da tecnologia e sua implementação no Brasil para melhorar a qualidade de vida da população, os serviços públicos disponibilizados, a fiscalização e a arrecadação tributária ainda é incipiente e, em alguns casos, como o metaverso e a inteligência artificial, inexistente. Isso se corrobora na atual proposta de reforma do Sistema Tributários Brasileiro, que apesar de ser importante e necessária, precisa ser ajustada para incorporar as inovações tecnológicas emergentes e já existentes.

Desse modo, foram elaboradas algumas propostas no artigo que delineiam caminhos que o Direito Tributário pode seguir para se adequar à nova era digital. Foi elencado o aprimoramento do tratamento tributário para *startups* de *IoT*, a implementação do sistema *blockchain* na fiscalização e arrecadação de tributos, a utilização de drones para a gestão territorial nos Municípios e o uso da inteligência artificial, tanto pelo Fisco quanto pelos Tribunais de Justiça. São medidas que constituem passos concretos em direção a uma tributação mais eficiente e justa, para mitigar as desigualdades sociais e regionais do Brasil, bem como alinhar o país com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) para promover o avanço sustentável nos setores social, tecnológico, econômico e ambiental até o ano de 2030.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Humberto B. **Sistema Constitucional Tributário**, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*. ISBN 9788502157361. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502157361/>. Acesso em 6 set. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispões sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compliado.htm. Acesso em: 6set. 2023.
- MELLO. Elizabete Rosa de. **Direito Fundamental a uma Tributação Justa**. São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO. **O Princípio da boa-fé no Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

ONU, Organização das Nações Unidas brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PAULSEN. Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. São Paulo: Saraiva, 2023. *E-book*. ISBN 9786553627185. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655627185/>. Acesso em: 6 set. 2023.

PASQUALE, Frank. **Technology, Competition, and Values**. Seton Hall Law School (2007): p. 607-622. Disponível em: (99+) Tecnologia, Concorrência e Valores | Frank Pasquale – Academia.edu. Acesso em: 5 jan. 2023.

Achwab, Klaus. **A quarta revolução industrial**/ Klaus Schwab; tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016. Título original: The Fourth Industrial Revolution.